

**CULTURA, IDENTIDADE E POLÍTICAS CULTURAIS: UM ESTUDO DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO POR MEIO DA RETROTOPIA**

CULTURE, IDENTITY AND CULTURAL POLICIES: A STUDY OF CONTEMPORARY
BRAZIL THROUGH RETROTOPIA

Maria Aparecida Papali¹
Valéria Regina Zanetti²
Cilene Gomes³
Diego Rodstein Rodrigues⁴

RESUMO

Em 1986, perguntaram a Celso Furtado, como ministro da cultura do Brasil, país que se recompunha do regime militar, se é necessário um ministério da cultura em um país que passa fome. Essa pergunta enseja, por sua vez, uma outra reflexão: para que serve a cultura? Este estudo, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, sustentada por meio de pesquisa documental, se utiliza dos conceitos de retrotopia (evocação de um passado mítico compreendido como glorioso ou busca da utopia no passado), na perspectiva de Bauman (2017); da Teoria do Sentido de Jörn Rüsen (2014), bem como dos conceitos de Memória Social, Cultura e Identidade pautados em Halbwachs (1990) e Joel Candau (2014). Propõe-se refletir sobre o modelo civilizatório adotado pelo governo brasileiro que atuou de 2019 a 2022 por meio das políticas culturais, na tentativa de responder à pergunta feita para Furtado. A cultura não só é importante, como é ela que nos dá a base para pensarmos sobre o que somos e o que poderemos vir a ser; mas para isso, ela não pode ter montagens conceituais fora das raízes de nossa história. Infelizmente, com raros períodos de exceção, é isso que temos assistido até

¹ Doutora em História Social/ Docente e Pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba/ UNIVAP.

² Doutora em História Social/ Foi Docente e Pesquisadora da Universidade do Vale do Paraíba.

³ Doutora em Geografia/ Docente e Pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba/ UNIVAP.

⁴ Doutor em Filosofia/ Atualmente integra o Laboratório de Estudos e Pesquisas em História Antiga, Medieval e da Arte (LEPHAMA) na Linha de Pesquisa Existencialismo e Ficção.

então.

Palavras-chave: cultura. Identidade. Políticas Culturais. Retrotopia.

ABSTRACT

In 1986, Celso Furtado was asked, as Brazil's minister of culture, to recomposed himself from the military regime, if a ministry of culture is needed in a starving country. This question, in turn, is another reflection: what is culture for? This study, with an exploratory and descriptive qualitative approach, supported by documentary research and in the light of the concept of retrotopia (which evokes a mythical past understood as glorious or the search for utopia in the past), Bauman's perspective (2017); Jörn Rüsen's Theory of Meaning (2014), as well as the concepts of Social Memory, Culture and Identity based on Halbwachs (1990), Joel Candau (2014) and Henri Bergson (2017),proposes to reflect on the civilizing model adopted by the current Brazilian government through cultural policies, in an attempt to answer the question asked by Furtado. Not only is culture important, but it gives us the basis to think about who we are and what we can become; but for that, it cannot have conceptual montages outside the roots of our history. Unfortunately, with rare periods of exception, this is what we have seen so far.

Keywords: culture. Identity. Cultural Policies. Retrotopia.

1 INTRODUÇÃO

“Num país onde se passa fome é necessário um ministério da cultura?” (FURTADO, 1978, p. 12). É assim que repórteres abordaram Celso Furtado em 1986, quando este assumia a pasta da Cultura no governo de José Sarney, momento em que o Brasil se recompunha com o fim da ditadura militar. O Ministério da Cultura, instituído em 1985, representava, naquele momento, o símbolo da redemocratização e da liberdade de expressão e reunia anseios de pautas históricas de reivindicações culturais.

Até então, não se via a cultura como algo importante para a formação humana nas diversas esferas da vida, nem tampouco pensava-se cultura como eixo estratégico de

desenvolvimento. Vista de forma impositiva, a concepção de cultura permeava a dimensão política de forma verticalizada, desconsiderando a diversidade social e as pluralidades culturais.

A pergunta feita a Furtado pode ser replicada: Cultura faz sentido? Na perspectiva da teoria do sentido, segundo Jörn Rüsen (2014), certamente nos deparamos com a consciência histórica, que nos conduz a uma intrínseca relação com o passado. Arcabouço de uma narrativa mestra assentada na formação da modernização, a ideia de cultura no Brasil, ao longo do tempo, esteve subjacente a uma orientação dos modelos de referência europeia, alinhada às determinações das diferenças culturais como problema da formação da identidade. Essa pretensão de verdade conduziu a uma negação das múltiplas identidades e negou, portanto, a nossa própria história. Fazia sentido, para os que pensaram o país por meio da matriz narrativa ocidental, idealizar uma população, uma história e uma determinada cultura. No entanto, a tentativa de universalização por meio de um discurso único desconsiderou as múltiplas formas de um fazer e ser coletivo, pautado naquilo que mais nos definia, a nossa diversidade.

Se quisermos de fato pautar nossas reflexões no âmbito da cultura, não tem como fugirmos de montagens conceituais fora das raízes de nossa história. Foi isso que propôs Furtado quando foi chamado para a gestão do ministério da cultura, depois da rápida passagem de dois ministros, José Aparecido de Oliveira e Aluísio Pimenta, que tiveram atuação pouco memorável.

O questionamento do repórter à Furtado ilustrava a fantasia de uma elite brasileira que enxergava a cultura como um adorno no campo do entretenimento e reduzia a pluralidade cultural à diversão. Todo esse panorama político expressava uma mentalidade elitista, cuja miopia embaçava o papel da cultura e da multiculturalidade, ainda envolta nas fímbrias de um poder que desconsiderava os direitos conquistados e a necessidade demandada da democratização da cultura.

O cenário cultural de 1986 é expressão dos avanços no campo cultural desde 1930, quando a questão da identidade passou a ser fundamental para sustentar o projeto político pensado para o país, sobretudo com a instauração do Estado Novo, implantado em 1937 por Getúlio Vargas. Esse novo estado de coisas impõe pensar sobre nossas referências e de que forma nós nos definimos como uma sociedade plural e multiétnica.

Este artigo, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, sustentada por meio de pesquisa documental e do conceito de retrotopia, na perspectiva de Zygmunt Bauman (2017) – conceito que remete à evocação de um passado mítico compreendido como glorioso ou a busca da utopia no passado, espelhada em governos fortes – balizado pelos conceitos de identidade, memória e cultura de acordo com Maurice Halbwachs (1990), Joel Candau (2014), dentre outros de igual importância, tem o propósito de refletir sobre as políticas culturais no Brasil adotadas de 2019 até 2022, procurando apresentar os avanços, os retrocessos e o sentido que se atribuiu ao campo da cultura desde o início de nossa formação social até os dias atuais, na tentativa de responder à pergunta feita para Furtado nos idos de 1986: “Num país onde se passa fome é necessário um ministério da cultura?”.

Para tanto, o estudo foi dividido em seis seções. Na primeira, apresenta-se a proposta do estudo e a estruturação do texto. Na segunda, a relação entre cultura e identidade, eixo pelo qual perpassa toda a discussão. Na terceira, faz-se uma breve história das políticas públicas culturais no Brasil tentando relacionar cultura e identidade nos projetos nacionais. Na quarta seção, parte-se para uma reflexão sobre o momento político estudado neste artigo (2019/2022) cujas políticas culturais desnudam o verdadeiro sentido estrutural da política nacional, momento em que os temas cultura, identidade e sentido são chamados para uma reflexão, pautados nas relações de poder que perpassam pela política cultural, importante dimensão que nos delinea como uma nação. Na quinta seção, tecem-se algumas considerações, no intuito de contribuir com o debate da importância da cultura para a construção identitária de uma nação, seguida das referências que compõem a sexta seção.

2 CULTURA E IDENTIDADE: EM BUSCA DE SUA RELAÇÃO

Em seu estatuto de instância da sociedade, da formação social de uma nação, a cultura resulta de processos de socialização humana, vale dizer, de ligações orgânicas entre indivíduos e grupos em todo campo de atividades em desenvolvimento em dado tempo e lugar. Oriundas das relações profundas dos seres humanos com o meio, as criações culturais denotam experiências vividas e uma reserva de sentidos para a vida em comum. Valores, práticas, modos

de vida, objetos, imagens simbólicas compõem o sistema de heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações de futuro da população de um país.

Mas a cultura nacional, regional ou local é uma casa de muitas moradas e os grupos de indivíduos que, no decurso do tempo, a criaram, a recriam e criarão são os pontos focais dos acontecimentos e das diferenciações. Inspirando-se em Zohar (2006), talvez se possa partir da hipótese de que a identidade cultural de uma nação ou grupo social exprima, para além de uma qualidade fixa que possibilita seu reconhecimento, um estado de maior coesão entre as subunidades diferenciais da cultura dessa nação ou desse grupo, segundo os diferentes períodos da história, o que sugere um caráter identitário mutável.

Mas se assim podemos conceber a identidade cultural de uma nação ou grupo que a integra, resta a questão: como entender esse estado de maior coesão olhando para um período a outro da história cultural de uma formação social? Se a coesão depende do conhecimento de si (conhecimento da cultura e de seus sujeitos criadores) e de atenção política, sempre seletiva, depende igualmente da memória cultural entrelaçada por uma dinâmica dialógica ao tecido social do presente, também comportando tensões e ameaças de dissolução de que foram e ainda são vítimas certos grupos e culturas (SANTOS, 2002; ZOHAR, 2006) que compõem a nossa diversidade cultural.

Para Bergson (2006), cuja abordagem é a da consciência individual, a memória se apresenta como um conjunto de imagens armazenadas pelo corpo que, por sua vez, não cabe apenas armazenar lembranças, “mas simplesmente escolher, para trazê-la à consciência distinta graças à eficácia real que lhe confere, a lembrança útil, aquela que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final” (BERGSON, 2006, p. 209). Para o filósofo, o que nos acompanha de todo o nosso passado faz pressão à porta da consciência, e somente aquilo que poderá esclarecer a situação presente vem à tona como lembranças, para ajudar em algum trabalho útil. Dessa forma, “o nosso passado se nos conserva presente” (...) manifestasse-nos, pois, integralmente pelo seu impulso e sob a forma de tendência, embora somente uma reduzida parte dele se torne representação” (BERGSON, 2010, p. 19-20).

A memória, segundo Halbwachs (1990), é entendida a partir dos “quadros sociais”; por mais individual que seja, ela está atrelada às condições coletivas, ou seja, às produções de

memórias relacionadas aos grupos sociais dos quais estamos inseridos. Nesse sentido, para Halbwachs (1990) as memórias são construções sociais do presente, mediadas pelas circunstâncias de posicionamento sócio espacial, que mudam conforme os posicionamentos dos grupos no corpo social, atrelados às suas questões afetivas e simbólicas.

Candau (2014) contribui com o debate ao afirmar que os marcos memoriais não produzem as mesmas representações do passado, uma vez que estas são mediadas pelas experiências que, por sua vez, estabelecem relações entre as várias dimensões da memória na construção das identidades. São vários os enunciados produzidos a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros do grupo, as representações de memória. A memória, portanto, é base estruturante da identidade, capaz de estabelecer sentido que, na visão de Rüsen (2014), é uma operação de compreensão de experiências concretas, cujo impulso vital está na apropriação interpretativa do passado das diversas formações de sentido da representação histórica.

Memória, identidade e cultura funcionam como instrumentos que ratificam a filiação a certas identidades a partir da escolha dos fundamentos históricos a essas identidades. São estas as principais balizas temporais segundo as quais os processos identitários (a identificação) são possíveis. Nessa perspectiva, Candau (2014) entende o papel dos esquecimentos na construção da memória, capazes de vincular os indivíduos ao presente e funcionarem como fator fundamental na criação de identidades culturais. Para este mesmo autor, o entendimento dos conceitos de memória e identidade é fundamental no sentido de compreender como os indivíduos compartilham práticas, representações, narrativas, lembranças que produzem o que, em última instância, chamamos de cultura.

Nesse sentido, sendo a cultura, as criações culturais, a base substancial do reconhecimento de identidade e diferenciações, a identidade cultural de uma nação, suas regiões ou grupos singulares, não resulta apenas de um diálogo interno no âmbito das unidades socioculturais diversas que a constituem, mas, também, dos relacionamentos cultivados por estas mesmas unidades. A identidade cultural envolve, assim, a dinâmica das alteridades. Muito da interpretação e imagem que fazemos de nossa cultura depende do contexto geral que a engloba. Envolve um desfazer de fronteiras, uma influência e transformação recíprocas entre

unidades socioculturais distintas, o que pode levar ao reconhecimento de uma identidade comum entre estas unidades (ZOHAR, 2006).

A relação entre culturas, em dado sistema macrocultural, como o de uma nação, por exemplo, é uma extensão das relações internas entre as unidades diversas (sistemas microculturais) desse macrosistema cultural. Um sistema microcultural revela uma integridade individualizada e, simultaneamente, revela-se por seus relacionamentos com outros sistemas microculturais e com a macrocultura em seu todo. Os relacionamentos entre culturas serão harmônicos ou desarmônicos a depender do estado básico das culturas envolvidas. A harmonia do encontro entre culturas revela-se por uma identidade em comum, por algo que as torna como se fossem uma só cultura (ZOHAR, 2006). No caso de um diálogo desarmônico entre culturas, há um descompasso ou antagonismo entre os estados básicos das culturas.

Por essa visão sistêmica orientada por entendimentos da dialética socioespacial (SANTOS, 1980) e do paradigma da complexidade (MORIN, 2011; ROSNAY, 1975; ZOHAR, 2006), pode-se compreender as relações entre culturas e sistemas de poder e dominação prevaletentes na história do Brasil e, particularmente, na formação da ideia de cultura e da identidade nacional. As concepções verticalizadas de cultura, de imposição hegemônica de referências culturais externas e desconsideração à diversidade cultural, de contraposição entre cultura elitista e cultura popular estão no cerne de uma possível compreensão da “coesão desarmônica” dos microssistemas culturais que se perpetua ao longo da história da cultura no país e, na base dessa compreensão, a necessidade de reconhecimento do descompasso entre os estados básicos desses microssistemas culturais em sua dinâmica de relacionamentos.

Subentende-se aqui que a ideia da hegemonia de um pensamento único, homogeneizante, em contraposição à perspectiva da formação da consciência universal (SANTOS, 2000), e hoje, a visão da guerra cultural contemporânea (ARANTES, 2021), travada na esfera ideológica da política, estão inteiramente implicadas na perpetuidade de uma formação distorcida da identidade cultural nacional e de discriminação e desconhecimento da diversidade sociocultural.

Certamente, se a esse respeito, devemos indagar qual a base do encontro entre culturas e do que daí resulta, e se importa romper com a ideia de “um único tipo ideal” e reconhecer a

diversidade cultural em sua gênese e transformação, suas memórias e identidades, suas comunidades, cosmovisões, saberes e projetos, isso não quer dizer ausência de senso crítico em relação às diferenças. Nas palavras de Jovchelovitch (2008, p. 171):

o reconhecimento da diversidade não significa a aceitação cega de tudo o que existe; ele impõe, entretanto, um compromisso ético de reconhecimento do Outro e de engajamento em um diálogo com o que o Outro propõe, mesmo que o que ele propõe seja, em última instância, inaceitável.

Essas considerações fazem lembrar a ética da alteridade, inspirada em Lévinas (1991) e apropriada por Silva (2018), acerca da compreensão do mundo ligada à urgência reflexiva sobre a ética da responsabilidade aplicada à relação com os Outros, em contraposição à noção liberal de liberdade individual, indiferente ao Outro (SILVA, 2018), e como propõe esta mesma autora, opondo-se à noção de identidade, igualmente indiferente ao Outro. A convivência democrática entre grupos que se afirmam por identidades diversas só será real, diz Silva (2018), se cessar o ciclo de violência das identidades de grupo às alteridades, vale dizer, sem o discurso de eliminação de outras identidades (SILVA, 2018).

Todas as culturas expressam a necessidade humana da criatividade e da significação, a criação de sentido para a vida, e assim sendo, para além de uma única ideia de cultura, um único conhecimento verdadeiro, é preciso considerar que:

Fenômenos tais como motivações, emoções, afetos inconscientes e interesses sociais, normalmente considerados como deficiências na estrutura do conhecimento, inexoravelmente encontram modos de penetrar as práticas do saber e mostram que, atrás da busca do puramente objetivo, existem outras camadas de sentido ligadas a mundos subjetivos, intersubjetivos e culturais (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 169).

Em tempos de globalização, as novas formas de comunicação acarretam transformações na interpretação e experiência do tempo e na dinâmica das diferenças e distintas identidades culturais. De fato, como afirma Rüsen (2014, p. 255), a cultura é “um modo de lidar com o tempo”, em seu devir e sua duração, e leva à formação de sentido. “Sendo experiência,

[o tempo] precisa ser de tal modo apropriado mediante feitos interpretativos da consciência humana que o ser humano possa orientar-se nele, estabelecer uma relação significativa entre sua vida e ele” (RÜSEN, 2014, p. 255).

Ainda com Rösen (2014), é preciso levar em consideração que as experiências temporais de formação de sentido se dão em condições estruturais de um contexto de referência, uma formação social. Além disso, o tempo pode ser experimentado como significativo ou percebido como “qualidade dos fatos experimentados” (RÜSEN, 2014, p. 256), temporalidade. Cultura consiste na interpretação do tempo, “para que os seres humanos consigam lidar com o que acontece com eles” no tempo. O sentido atribuído ao tempo possibilita a vida e é construído pelo entendimento de identidades, interconexões e direcionamentos objetivos (IDEM, p. 267-268).

Nas criações culturais, algo novo do ser humano, dos sujeitos coletivos, é criado igualmente, junto a um novo sentido para a existência. A criatividade humana encontra expressão a partir de capacidades humanas variadas, das mais simples às mais complexas, e revela o impulso de integrar-se a um todo social. O viver criativo dos diferentes grupos e indivíduos reforça a criatividade mais ampla de nossa cultura. Criaturas, criações e mundo são tornados reais conjuntamente. Daí a proposição de Furtado (1978) de um possível desenvolvimento social orientado pela cultura e nela apoiado.

Por meio de nossas escolhas, experiências vividas, criações culturais e intuições profundas, as diferentes visões de mundo – cosmovisões – reúnem em um todo coerente os níveis de vida pessoal, social e espiritual, integram o sentido do ser e dos outros e de como se relacionam com o mundo todo. Com os tempos críticos, e na perspectiva de encontrar um caminho ao futuro, as cosmovisões também perdem sua coerência interpretativa, minada por desacertos, mas também por novas descobertas humanas em todos os níveis e contextos de organização sociocultural. Em se tratando de Brasil, pode-se desvelar os caminhos adotados para um futuro por meio das políticas culturais ou, mais especificamente, pela ausência delas. É o que trata a próxima seção.

3 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL

Só podemos falar, de fato, em política pública no Brasil a partir de 1985, quando foi criado o Ministério da Cultura, por meio do decreto nº 91.144, sancionado pelo presidente José Sarney. Antes disso, as políticas culturais no Brasil foram resultados de ações descontínuas baixadas sem que se tivesse um projeto pensado sobre a importância da cultura e que papel caberia a ela na sociedade. Por política cultural compreende-se o:

conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social (GARCIA CANCLINI, 2005, p.78).

Com o objetivo de apresentar a história das políticas culturais no país, torna-se importante discorrer sobre as diferentes políticas culturais adotadas ao longo do tempo, incursão que nos remete à nossa formação social. Como a busca da identidade nacional, como um esforço de sustentar referências homogêneas de uma forma particular de ser brasileiro, pautado em uma política cultural autoritária com recurso dos meios de comunicação, sobretudo o rádio, nos remete ao governo de Getúlio Vargas, daremos mais ênfase a esse período que, de certa forma, resume a expressão das liberdades ceifadas cujas políticas, antes de mediar a cultura, a produzia.

Começemos, portanto, a descrever a história do país sob a dimensão cultural. No âmbito colonial, a monarquia portuguesa, ao mesmo tempo em que se estruturou por meio do trabalho extraeconômico de indígenas e africanos, negava a importância desses segmentos na formação social brasileira. Na distinção entre cultura erudita e cultura popular, as expressões culturais de grande parte da população eram desprezadas e as manifestações oriundas dos segmentos afro-brasileiro e indígena taxados como formas culturais do atraso.

O advento da emancipação política e construção da imagem de nação emancipada impôs a busca das referências culturais que definiriam, a partir do rompimento político de Portugal, a nova imagem imperial do Brasil independente. No entanto, na busca de referências identitárias ajustadas aos padrões imaginativos de sociedade, prevaleceu a negação da diversidade racial e o contorno claramente racista; paradoxalmente, existia um sentimento idealizado de uma nação miscigenada, sem conflitos, enquadrada pela moldura do romantismo.

Pouco mudou no segundo império, quando a idealização da pátria perpassou pelo enaltecimento da natureza como símbolo e pela romantização do sentimento de unidade nacional. Certamente, o grande incômodo da escravidão impunha limites em se pensar o retrato fiel da nação.

A ideia nacional mitificada pela coesão social esbarrava nas condições reais de existência da grande maioria da sociedade brasileira, cada vez mais envolta num tipo de violência, produzida e animada por um sentimento difuso de ódio que perpassou toda a nossa formação social. A partir de 1930, mesmo antes da constituição do Estado Novo, Getúlio Vargas já manifestava a preocupação com a formação de uma identidade nacional, o que, segundo Renato Ortiz (1985), estaria em sintonia com a própria estruturação de um Estado, pensado pelo autor como elemento estruturante da concepção de identidade nacional, a instituição que teria condições de amalgamar as relações de poder estabelecidas na sociedade em torno dessa questão:

Na verdade, a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima. Colocar a problemática dessa forma é, portanto, dizer que existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado (ORTIZ, 1985, p. 09).

Negar o passado e construir um novo estado que viesse congregar o ideal de estado nacional permeado pela coesão, foi obra de Getúlio Vargas, quando, inconstitucionalmente, instituiu o Estado Novo. Para conformar esse novo momento e legitimar seu propósito, a cultura passou a ser concebida em termos políticos.

As relações entre cultura e Estado Novo, instituído por Vargas em 1937, tiveram no Brasil características singulares uma vez que as propostas do governo primaram pela construção de uma identidade nacional buscando alicerces no âmbito da cultura popular, muito embora a cultura erudita e letrada tenha criado tais percursos uma vez que os intelectuais tiveram presença garantida em vários ministérios, secretarias e diretorias do governo. Foi nos interstícios, nas imbricações do erudito com o popular que os maiores projetos de construção de uma identidade nacional foram criados pelo governo Vargas.

Em 1937, por meio de um golpe articulado pelo próprio Vargas, tem início o período que ficou conhecido no Brasil como Estado Novo. O novo regime, autoritário e centralizador, irá refletir uma sociedade cujas principais classes tais como a burguesia e o operariado, ainda não se encontravam em condições de serem as condutoras de um projeto de país. Conforme apontado por Lincoln de Abreu Penna (1999, p. 188) “a hipertrofia do Estado surge, assim, como uma consequência natural desse quadro, ocupando as funções das classes fundamentais ainda precariamente constituídas”.

Para além de sua vocação voltada aos interesses no desenvolvimento dos setores de base, tais como siderurgia e construção de hidrelétricas, entre outras, essenciais para fomentar nossa industrialização, o Estado Novo se dispôs a articular em profundidade a relação entre política e cultura, indicando a busca por uma unidade cultural que resultasse na construção de uma identidade nacional, tendo como fio condutor o compromisso firmado entre povo e Estado (PENNA, 1999, p. 189).

Para dar conta de tais projetos, o Estado Novo buscou, na atuação dos intelectuais, o mote necessário para alavancar tal prospecção. No Brasil, em função da grande quantidade de analfabetos, a presença do intelectual sempre foi muito valorizada como verdadeiros guias da nação. Isso se fez sentir principalmente em momentos de mudança como a Independência ou com o advento da República (VELLOSO, 1997, p. 57).

A partir da década de 1930 os intelectuais passaram a compor sua atuação junto ao Estado, incorporando a ideia de Estado como representação máxima da ideia de nação. No Estado Novo (1937-1945) as elites intelectuais brasileiras dos mais diversos matizes ideológicos vão encontrar suporte no Estado, identificando-o como a força motriz da nacionalidade do país. Nessa perspectiva distingue-se dois níveis de atuação dos intelectuais: a do Ministério da Educação, dirigido por Gustavo Capanema e a do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por Lourival Fontes (VELLOSO, 1997, p. 58), “o Ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal, enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular” (VELLOSO, 1997, p. 58).

Nesse sentido, liderado pela perspectiva ufanista do DIP, o regime incentivou a homogeneidade cultural, tendo como princípio norteador a busca pelas manifestações culturais populares, as quais, além de serem supostamente controladas pelo Estado, deveriam assegurar a identidade nacional. O rádio deveria ser o elemento articulador entre a cultura erudita e a cultura popular “o rádio deveria aperfeiçoar as relações entre as camadas cultas e as populares, sendo o portador do “bom exemplo, do certo e do direito” (VELLOSO, 1997, p. 64).

Para afinar tais relações os programas de rádio buscavam também incorporar falas direcionadas aos trabalhadores, compreendidos como legítimos representantes das camadas populares. Angela de Castro Gomes (2005) enfatiza que o ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho iniciou em 1942 uma comunicação endereçada aos trabalhadores, veiculada todas as quintas-feiras no programa “Hora do Brasil”:

Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro se dirigia a tão grande público usando sistematicamente como instrumento divulgador da mensagem, o rádio...as palestras se dirigiam a um público específico e em grande parte analfabeto, e seu conteúdo, apesar de diversificado, tinha um eixo fundamental: a legislação social trabalhista do Estado Novo. O programa “Falando aos Trabalhadores Brasileiros” resume em seu título a intenção do ministro e com isso o veículo escolhido para as emissões (GOMES, 2005, p. 212).

O rádio buscava aproximar o interlocutor de seus ouvintes por meio de uma tentativa de simbiose afetiva, mesmo quando o interlocutor era uma autoridade ou intelectual notável, servindo como suporte técnico onde trabalho, cultura e educação se encontravam “nos anos Vargas, Educação, Cultura e Trabalho, apesar de submetidos a diferentes âmbitos da atividade governamental e a diferentes níveis de intervenção, caminhavam de certa forma juntos” (ARAÚJO; BARBOSA, 2016, p. 85).

O que ocorre no Estado Novo é uma política de valorização do popular, entendendo-se que as virtudes que seriam inerentes à nacionalidade brasileira seriam aquelas manifestadas pelas camadas mais populares, as quais seriam mais sensíveis às emoções, aos sentimentos, ao contrário das manifestações eruditas, centradas em aspectos mais racionais, o que, segundo a concepção estadonovista, seria contrária à organicidade sentimental esperada na

identidade do povo brasileiro. Nesse sentido, o Estado Novo busca reconstruir a Nação, uma verdadeira refundação do país, tendo a cultura popular como amálgama na construção desses novos alicerces.

Verifica-se a necessidade de um discurso da criação de uma identidade nacional. Nesse sentido, a cultura popular torna-se uma estratégia para tal proposta, uma vez que permite ao Estado a construção de um discurso homogeneizado. Com tal intuito e, em consonância com as diretrizes governamentais, o Ministério da Educação estadonovista buscou selecionar raízes brasileiras que permitissem a elaboração de uma cultura oficial e de bases míticas. Segundo Mônica Velloso, o Estado deveria se integrar através do mito, capaz de arregimentar emoções e sentimentos da coletividade.

A integração política através do mito foi um dos recursos mais utilizados pelo regime. Francisco Campos defende a técnica intelectualista de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação. Nessa perspectiva, caberia ao intelectual falar a linguagem desse inconsciente composto de forças telúricas e emoções primitivas (VELLOSO, 1997, p. 65).

A música torna-se expressão artística de fundamental importância na composição desse cenário. Grandes nomes da música brasileira se articulam em torno do rádio, como veículo capaz de chegar a um maior número de pessoas “Para Villa-Lobos, nenhuma arte exerceria influência sobre as massas de forma tão intensa quanto a música o faria” (ARAÚJO; BARBOSA, 2016, p. 93). Veículos de massa como o rádio e o cinema foram fortemente regulamentados, mas também amplamente utilizados como recursos para se chegar às massas.

Nesse sentido, é possível inferir o quanto a música popular passou a ser do interesse governamental, a ponto de sofrer as consequências de sua interferência. A busca por raízes da brasilidade, vertente modernista fortalecida pelo estadonovismo, irá encontrar nas produções artísticas do samba uma linguagem propícia às pretensões nacionalizantes. No entanto, as rodas de samba eram o cenário típico da malandragem como fenômeno social, situação que fez dos sambistas e suas produções um dos redutos principais da ingerência e vigilância do regime:

Greves, ociosidade ou malandragem não podiam mesmo serem digeridos pelo governo Vargas. Tudo que conspirasse contra esse “ideal patriótico” ficava sob a alça de mira do DIP e da polícia. Nesse contexto, os compositores populares, especialmente os sambistas, passaram a ser estreitamente vigiados. Paralelamente, buscava-se atrair os artistas para a área de influência governamental: usando a moeda de troca dos favores oficiais, tentava-se capturá-los na rede de culto ao trabalho (PARANHOS, 2007, p. 180).

Adalberto Paranhos (Idem) enfatiza a grande quantidade de sambas produzidos durante o Estado Novo que irão enaltecer o trabalho, a disciplina e a própria figura de Getúlio Vargas. No entanto, o autor destaca também as tensões desencadeadas entre a vocação autoritária do Estado Novo em querer controlar a cultura popular e as fissuras operadas pelas ações populares, principalmente aquelas encontradas em algumas letras de samba, algumas abordando as dificuldades da vida do trabalhador, as injustiças do mundo do trabalho ou transitando de maneira ambígua entre a questão do trabalho e a malandragem.

O Estado Novo foi, sem dúvida, um período intenso de busca por uma identidade nacional harmoniosa, a tentativa de construção de um verdeamarelismo ligado às raízes populares, sendo tais raízes, no entanto, traduzidas por intelectuais ligados ao regime, em consonância com um Estado autoritário e centralizador.

No período democrático pós Estado Novo, entre 1945 e 1964, as manifestações culturais populares mantiveram-se mais liberadas, em função do momento democratizante, embora não fossem parte dos projetos estatais. Durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964, o Estado brasileiro novamente se incumbiu de regulamentar e censurar as múltiplas manifestações culturais do país sem, no entanto, desenvolver algum projeto similar ao ocorrido durante o Estado Novo.

Com a redemocratização do país na década de 1980 e com a criação do Ministério da Cultura em 1985, teve início um novo panorama de ações estatais no âmbito da cultura. Diante das incertezas que permeavam o ministério da cultura, algumas iniciativas foram tomadas para que houvesse algum protagonismo da sociedade civil na construção cultural do país. Para esse caminho, o ministério liderado por Furtado propôs a criação de leis de incentivo fiscal à cultura,

que trazia o empresariado como corresponsável pela produção cultural; em contrapartida, o governo renunciava a parcelas do imposto de renda devido. A lei 7.505 de 2 de julho de 1986, popularmente conhecida como Lei Sarney, considerada inovadora, não valia apenas para o âmbito empresarial, expandiu-se para a participação de pessoas físicas, que também podiam contribuir com produção cultural em troca de abatimento no imposto devido.

As ações daquele ministério da cultura evidenciam um claro incentivo à participação direta da sociedade nas questões de interesse coletivo, e indicavam os caminhos que a cultura deveria seguir, chamando à responsabilidade o empresariado e a sociedade civil. Distante do viés paternalista que até então dominava o cenário das políticas culturais brasileiras, a nova concepção de cultura proposta por Furtado teve vida curta. Sem terreno fértil para que pudesse se solidificar, as ações no campo da cultura nos governos que se sucederam ao de José Sarney, não avançaram, marcando um período de retrocessos no campo dos direitos sociais e culturais, com forte resistência do segmento. Uma das primeiras medidas tomadas no governo de Fernando Collor (15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992) e governo Michel Temer (31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018) foi extinguir o Ministério da Cultura, deixando evidente as incertezas sobre o destino da pasta e as reclamações da população sobre o alcance das políticas culturais, sobretudo aquelas relacionadas às comunidades tradicionais e das periferias dos grandes centros, ávidas por acesso à cultura.

Enquanto esteve à frente do Ministério da Cultura em 2003, Gilberto Gil se defrontou com relações históricas entre autoritarismo e intervenções do estado na cultura, além dos limites impostos pelas políticas de financiamento pelos poucos recursos orçamentários, questões impostas em plenos momentos de tendência democrática. Gil centrou-se em reivindicar um conceito de cultura mais alargado, com ênfase não nos criadores de cultura, mas na sociedade brasileira e na retomada do papel ativo do Estado nas políticas culturais, certo de que “formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003, p. 11).

Com grande atuação na política de internacionalização, Gil se esforçou na criação da Secretaria de Identidade e Diversidade Culturais, com importante presença nos encontros promovidos pela UNESCO sobre diversidade cultural. No seu governo foi criada a Secretaria do Audiovisual, com projeto de produção de documentos com a Rede Pública de Televisão, “o

doc-tv, que associa o ministério à rede pública de televisão para produzir documentários em todo o país; o edital para jogos eletrônicos; os apoios às paradas gay; os seminários nacionais de culturas populares etc.” (RUBIM, 2008, p. 196). Outro alvo de seu esforço foi com relação à economia criativa respaldada pela implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC) que incentivaram os pontos de cultura (IDEM).

A cultura ultrapassa a noção de simples representação da vida humana, para alcançar um patamar essencial do desenvolvimento da economia e da preservação do meio natural. Para Furtado, “a cultura não é uma “dimensão” da realidade social, mas essa realidade toda inteira”, tendo impacto em todas as esferas socioeconômicas de um país. A ação da sociedade civil no desenvolvimento da cultura promove manifestação de fenômenos da subjetividade de um povo, manifestação essa que expressa o conteúdo identitário da nação.

Sobre a pergunta Que Somos? Furtado (2012, p. 19) afirma:

Nos momentos de crise, quando todas as referências parecem incertas, cobra plena validade a velha pergunta “que somos?”, como se o homem necessitasse de ser desafiado para tomar consciência de que em seu futuro sempre estará embutido um elemento de mistério, algo irreduzível à sua experiência vivida.

O papel da cultura em um país não é apenas o de entreter, baseado no tradicional lema do “pão e circo”, mas de fundamentar os aspectos da identidade de um povo, que em meio a um caos político, não consegue se enxergar como parte do todo. Esse tipo de inquietação existencial gera uma sensação agonizante, sobretudo quando sentimos a necessidade de acessar a pergunta “que somos?”. Tal crise não se restringe a aspectos ontológicos de natureza humana, mas abarca as dores de representação de nós diante de nós mesmos e do mundo.

4 CULTURA E IDENTIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES BASEADAS EM RETROTOPIAS

Essa seção busca, por meio do conceito de retrotopia, entender o modelo civilizatório do governo brasileiro na atualidade no que concerne às políticas culturais adotadas. Neologismo criado por Istvan Rev por volta de 1970, o verbete foi retrabalhado e difundido por Bauman no seu livro homônimo, em 2017. Retrotopia tem sido um conceito atribuído às “visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro ‘ainda todavia por nascer’ e, por isso, inexistente [...]” (BAUMAN, 2017, p. 10).

Tema central da análise de Bauman (2017), a retrotopia é uma espécie de leitura de nossa condição social contemporânea, cuja perda de confiança no “progresso” foi substituída pela aposta imaginária e saudosista de um passado ideal. Aposta-se não mais nas utopias modernas, mas na visão saudosista e nostálgica de que há uma comunidade ideal no passado nostálgico, considerado glorioso.

Fenômeno global na atualidade, a retrotopia nostálgica de um passado considerado épico nada mais é do que um “romance da pessoa com sua própria fantasia”, no anseio emocional por uma comunidade na esperança de “reconstruir o lar ideal que se encontra no núcleo de muitas poderosas ideologias atuais” (BOYM, 2001, p. 12). Essa visão nostálgica do passado visto como perdido, roubado ou abandonado carrega perigos, como apontou Svetlana Boym, ao reviver as fabricações mitológicas “por meio de um retorno a símbolos e mitos nacionais, com teorias intercambiáveis da conspiração” (Apud BAUMAN, 2017, p. 21).

Nesta seção pretende-se entender como a dimensão cultural tornou-se uma questão ao se discutir o projeto de nação do governo implementado no país de 2019 a 2022. Por meio da cultura, tenta-se traçar o perfil identitário do projeto político pensado e arquitetado durante pelo menos quatro anos de poder, pautado em políticas anticulturais e autoritárias bem nos moldes de uma retrotopia nostálgica, referência a uma memória nacional baseada em uma única versão da identidade nacional, bem nos moldes dos regimes totalitários da Europa da década de 1930.

Como vimos, a política cultural no Brasil passou por altos e baixos, com momentos de avanços e retrocessos, não necessariamente nessa ordem. A história das políticas culturais, e mesmo do surgimento do Ministério da Cultura e de sua extinção ao longo do processo de redemocratização do país, é permeada de lacunas e negligências que retratam, por um lado, o descaso do governo com o sentido que atribui às pautas culturais como, por outro lado, o

descaso justamente do reconhecimento da cultura como a expressão máxima da nossa identidade. Imperou no país, de 2019 a 2022 a verticalização de um projeto identitário que desconsiderou não só as diferenças sociais como a forma integrada de um pensar coletivo sobre nós mesmos.

Durante esse período, assistimos diariamente constantes ataques nos intentos de manter a cultura como um exercício da diversidade étnico-social. Em sua primeira entrevista, o presidente empossado em 2019 não deixou dúvidas sobre o que a diversidade e as pautas das minorias representam para o seu governo, ao declarar: “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do *gay*, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso!” (CATRACA LIVRE, 2018). A ideia expressa em “vamos acabar com isso” traz o desejo da homogeneização, que reduz a subjetividade a uma condição pré-determinada e sem expressões próprias, o que antagoniza com a lógica de que a cultura é a expressão das vontades e identidades distintas de um povo. Adorno contribuiu com essa questão ao afirmar que, por si, uma sociedade é a realização do geral na conciliação das diferenças e que a política não deveria “propagar a igualdade abstrata dos homens como ideia”, pois, por exemplo, ao certificar que o negro é exatamente igual ao branco, quando não é, comete-se já contra ele uma nova injustiça (ADORNO, 2001, p. 101, 102).

O exercício de reduzir as diferenças a um "coitadismo", serve para reduzir o sujeito a objetificação do total, evitando a emancipação da sociedade. Ao silenciar as minorias, retira-se delas os seus direitos; face do desmonte da cultura que estava por vir. Sustentado pela retórica da nostalgia restauradora dos Estados fortes de outrora, o governo de extrema direita tratou de defender os valores universais como família, natureza, pátria, sustentada em uma única verdade, a que ele construiu, com um único fim, o de estabelecer a coesão social.

O Brasil, expressão das múltiplas influências culturais e religiosas, nesse governo (2019/2022), foi reduzido a um estado confessional. O *slogan* da campanha do presidente, “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, em defesa das tradições cristãs, dando o mote do que seria o governo daí pra frente. Nessa seção, poderíamos apontar inúmeras passagens do referido governo com relação ao desmonte das políticas culturais. Como não há espaço para tanto, centraremos atenção a algumas ações que corroboram com o propósito deste artigo.

O ministério da cultura, transformado em secretaria, vivenciou uma sucessão de crises e revezamento constante de secretários. Roberto Alvim, o primeiro secretário nomeado, foi exonerado ao pronunciar um discurso semelhante ao do ministro de Adolf Hitler da Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels, antisemita radical e um dos idealizadores do nazismo. Com cenário que trazia ao fundo a imagem de Bolsonaro e ao som da obra Lohengrin, de Richard Wagner (1813-1883), compositor alemão que escreveu ensaios nacionalistas e antisemitas, Alvim afirmava, assim como Goebbels em meados do século XX, que a "arte alemã da próxima década será heroica" e "imperativa". Complementa o secretário, "Queremos uma cultura dinâmica", mas ao mesmo tempo enraizada na nobreza de nossos mitos fundantes. A pátria, a família, a coragem do povo e sua profunda ligação com Deus amparam nossas ações na criação de políticas públicas. As virtudes da fé, da lealdade, do auto sacrifício e da luta contra o mal serão alçadas ao território sagrado das obras de arte (...). Almejamos uma nova arte nacional, capaz de encarnar simbolicamente os anseios dessa imensa maioria da população brasileira com artistas dotados de sensibilidade e formação intelectual, capazes de olhar fundo e perceber os movimentos que brotam do coração do Brasil, transformando-os em poderosas formas estéticas (ALVIM, Apud. G1, 17/01/2020).

Fundação Palmares - órgão vinculado ao Ministério da Cultura, criada em 1988, em pleno processo de redemocratização pós regime militar para promoção da cultura afro-brasileira - resultado da luta do movimento negro, protagonizou no governo Bolsonaro inúmeras manifestações polêmicas, como o fim do Dia da Consciência Negra, o não reconhecimento do movimento negro e das religiões de matrizes africanas.

São muitas as posturas adotadas por esse governo com esse viés, de desmonte das conquistas e pautas reivindicatórias das minorias sociais. Essas posturas são incapazes de articular minimamente o setor cultural com a sociedade civil, com vistas à criação de um diálogo virtuoso que contemple a cultura a partir de uma perspectiva mais democrática e abrangente.

Sem apoio federal às políticas culturais, minaram também os patrocínios de empresas estatais à cultura. A lei Rouanet, atacada por grupos de extrema direita alinhados ao governo, "trouxe novas regras para projetos incentivados pelo mecenato, mas não alterou estruturalmente

a política” (ALEM, 2020, s/p). O que houve de fato foi a redução do teto orçamentário de projetos em todos os campos do setor cultural, sobretudo aqueles ligados à temática LGBTQIA+ que, pela perspectiva do governo, antagonizam com os valores cristãos preconizados.

Em entrevista exclusiva com o presidente, concedida ao programa de TV Alerta Nacional em 28 de outubro de 2021, o jornalista Sikera Jr. e Jair Bolsonaro protagonizaram uma cena de verdadeiro escárnio contra a lei Rouanet, ao cantarem juntos uma música que a ironizava:

A mamata acabou meu bem
A teta secou minha querida.
Minha flor, o dinheiro era do povo, não era seu
A lacração vivia tão feliz, sem fazer nada na vida.
De repente, algo tão inesperado aconteceu
“Acabou, a mamata acabou” (acrescenta o presidente)
E agora, como é que tu vai fumar capim.
O governo cortou a tua grana....
Sem Rouanet será o seu fim!
E agora a gente canta assim:
Aquele teu DVD ninguém vai bancar.
Não tem mais dinheiro para parada gay.
Nem o seu museu ninguém vai olhar
Nem o teu showzinho sem graça todo mês...
Acabou tua chupeta lacração...
Quero ver como tu vai sobreviver.
na tua emissora é tanta demissão
Tá fazendo falta a Rouanet...
Tá fazendo falta...
Tá fazendo falta...
O dinheiro da Rouanet

No governo Bolsonaro, a lei Rouanet passou a se chamar Lei de Incentivo à Cultura. Dentre as principais alterações estão a ênfase aos projetos de belas artes e arte sacra e uma maior autonomia do governo para tomar decisões a respeito dos projetos contemplados, mostrando total ingerência e controle do setor, característica dos regimes de governo forte e autoritário, bem nos moldes da retrotopia.

A política de estado implantada em 2019 no Brasil se assenta nas representações de governos centralizadores, que tendem a colonizar a política, a história e a cultura, promovendo o epistemicídio das narrativas das minorias e a homogeneização cultural. Forte indício dessa política foi a portaria publicada no Diário Oficial da União no dia 28 de outubro de 2021 pela Secretaria de Cultura, antigo Ministério da Cultura, que proíbe o uso da linguagem neutra ou não-binária ('Menine', 'todxs', 'amigues') em projetos financiados pela Lei Rouanet. O uso destes termos não só deu maior visibilidade como tornou a língua mais inclusiva para pessoas transexuais, travestis, não-binárias ou intersexuais. Sua proibição, mesmo que limitada aos projetos pleiteados pela lei Rouanet, mostram o enquadramento da política cultural e os princípios da heteronormatividade que regeram o governo Bolsonaro (BRASIL. Portaria n. 604, de 27 de outubro de 2021).

A dinâmica do Estado brasileiro e de suas escolhas políticas em relação à importância da dimensão cultural no projeto histórico de nação foi marcada pela falta de compreensão do que somos e do total desconhecimento de que o ministério da cultura é necessário também num país que passa fome. É por meio da cultura que nos entendemos como sociedade que, nas diferenças, construímos saberes, fazeres e formas particulares de nos diferenciarmos entre nós e estabelecermos relações com os outros, na auto compreensão do que podemos vir a ser. Para tanto, subjaz a cultura do reconhecimento como exercício de compreensão de nossa historicidade e da aceitação do que verdadeiramente somos, uma sociedade multiétnica e multicultural, o que nos impõe, do ponto de vista epistemológico, a descolonização do saber tradicional sobre nós mesmos firmando-se sobre propostas emancipatórias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das políticas culturais no Brasil, além de ser recente, é permeada de descontinuidades. Certo alento foi concedido ao setor no governo Sarney, quando foi criado o Ministério da Cultura, em 1986. De lá para cá, podemos apontar alguns avanços, mas também, muitos retrocessos. Essas inconstâncias talvez se expliquem se admitirmos que as diferenças desempenham um papel heurístico especial e que uma nação, para se reconhecer como tal, deve

admitir que as culturas se interpenetram, delimitam-se, aprendem umas em relação às outras, combatem-se e se modificam no relacionamento mútuo e na relação permeada pela alteridade.

Para esse reconhecimento e aceitação de diferentes culturas, a proximidade e intensidade de inter-relações são de fato fundamentais para a criação de consciência, laços culturais e identidade comum, a identidade cultural de uma nação, o que implica diretamente a comunicação, a espécie de comunicação subjacente ao tipo de comunidade que estamos construindo.

Nesse sentido, vale a pena ponderar sobre as dinâmicas culturais se, em determinados momentos, são orientadas hierarquicamente, em busca de mera disputa por uma posição na estrutura hegemônica do poder político e cultural, ou se fundadas na territorialidade que as alimenta, renovando os estados básicos de afirmação consciente de diferentes culturas e do diálogo entre elas.

Este estudo teve como objetivo realizar uma síntese das relações entre Estado e sociedade, no âmbito das políticas culturais. Fundamentou-se a análise no conceito de retrotopia, entendido como um sentimento nostálgico do passado, no caso específico deste estudo, do regime militar, considerado, por grupos dominantes, como glorioso. No anseio da manutenção do controle social, a ideologia de estado buscou, na história, o sentido da cultura nos regimes autoritários para dar plausibilidade à reconstrução da experiência prática, para fins de um futuro planejado, coeso e universal, desconsiderando os conflitos inerentes à sociedade que se formou na base da violência e da exclusão, estruturada socialmente por características multiétnica e cultural.

Quando a cultura popular é apropriada pelo discurso do Estado e se torna estratégia de construção de um pensamento único, uniformizante, pela instrumentalização (em causa própria) e o controle das dinâmicas socioculturais e dos atos comunicativos (do Estado) com os diferentes grupos sociais; e quando essa conduta se torna recorrente em outro período histórico, perpetua-se a grande distorção de nossa formação social.

Pensar o que somos e qual a qualidade de nossas relações com os outros e da comunicação entre Estado e sociedade talvez ajude a pensar por que somos assim, reflexões estas que permeiam a nossa identidade e que se embaçam quando o passado escravista traz à

luz as injustiças sociais e as formas pelas quais nos tornamos um país multiétnico, distante, ainda, de uma possível integração dinâmica das diferenças no todo social, pelo valor diferencial de elementos diversos na construção de novas bases para a fundação de um projeto comum e uma identidade comum permanentemente transformada. A pretensão pela coesão e universalização cultural nos leva à negação das múltiplas identidades e, por sua vez, da nossa própria história.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W, *Minima Moralia*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: edições 70, 2001.

ALEM, Nichollas. **Um balanço do primeiro ano e meio do Governo Bolsonaro na Cultura**. Instituto de Direito, Economia Criativa e Artes (IDEA). Jun. 17, 2020. Disponível em: <http://institutodea.com/artigo/um-balanco-do-primeiro-ano-e-meio-do-governo-bolsonaro-na-cultura/>. Acesso em 27 de out. 2021.

ALVIM, Ricardo. *In. G1*, 17/01/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>. Acesso em 27 out. 2021.

ARANTES, Aldo (Org.). *Reconstruir a democracia*: União de amplas forças políticas e sociais para a luta ideológica. São Paulo, Anita Garibaldi e Expressão Popular, 2021.

ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. “**Cultura e Identidade Nacional nos anos Vargas**: tensões e contradições de uma Cultura Oficial” *Revise*. Revista de Ciências do Estado, vol. 1, n. 2, 2016.

BAUMAN, Z. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória* –ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BOYM, Svetlana. **Mal-estar na nostalgia**. *hist. historiogr.* n. 23 abril, Ouro Preto, 2017. p. 153-165. Disponível em:
<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236/678>. Acesso em 26 de out. 2021.

BRASIL. Portaria n. 604 de 27 de outubro de 2021. **Diário Oficial da União (DOU)**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-604-de-27-de-outubro-de-2021-355520548>. Acesso em 28 de outubro de 2021.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CATRACA LIVRE. **Bolsonaro diz que vai acabar com o ‘coitadismo’ das minorias**

Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-diz-que-vai-acabar-com-o-coitadismo-das-minorias/> . Acesso em 17 de set. 2021.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Definiciones en transición**. In: MATO, Daniel (Org.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 57-67.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HALBWACHS, M. *Memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso 14 ago. 2022.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber*: representações, comunidade e cultura. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008, 344p.

LÉVINAS, Emmanuel. *Ética e infinito* (La balsa de la Medusa nº 198) (Spanish Edition). Antonio Machado Libros. Madrid, 1991. Edição do Kindle.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre, Editora Sulina, 2011.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira*: Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARANHOS, Adalberto. “Entre Sambas e Bambas: vozes destoantes no Estado Novo” *Locus*: Revista de História. Juiz de Fora, MG, v. 13, n. 2, 2007.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ROSNAY, Joel de. *Le macroscopie*: Vers une vision globale. Paris, Éditions du Seuil, 1975, 351p.



Vol. 22, nº 2, (2023). Pág. 123 - 149

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais do governo Lula / Gil:** desafios e enfrentamentos. *Intercom* – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.31, n.1, 3, jan./jun. 2008. pp. 183-20.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido:* Orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, Editora Vozes, 2014.

SANTOS, Milton. ***Por uma geografia nova.*** São Paulo, Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. ***Por uma outra globalização:*** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SILVA, Jacilene Maria. ***Identidade versus Alteridade:*** A identidade justificada pela Ética da alteridade, segundo o pensamento de Emmanuel Levinas. Recife, 2018. Edição do Kindle.

PROGRAMA ALERTA GERAL. Sikêra Jr. e Jair Bolsonaro cantam a música **da Lei Rouanet**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZmmBcXGBrTM>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo.** *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, 1997.

ZOHAR, Danah. **O ser quântico: Uma visão revolucionária da natureza humana e da consciência,** baseada na nova física. Rio de Janeiro, Bestseller, 2006.